



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

001

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0166924-9**

APELANTE: Eduardo Teixeira Izídio

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Milta Maria Paes de Sá

5467

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES. AUSÊNCIA DE PROVAS A ENSEJAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE APONTA PARA A RESPONSABILIDADE DO APELANTE NO DELITO EM COMENTO. CRIME CONSUMADO. NÃO É NECESSÁRIA A POSSE DEFINITIVA E PROLONGADA DA RES FURTIVA PARA COMSUMAÇÃO DO DELITO. ANTE A PENA APLICADA NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I. As provas obtidas nos autos são suficientes a ensejar um decreto condenatório em desfavor do apelante;

II. Não é preciso posse definitiva e prolongada da *res* subtraída, bastando, pois, mero estado tranqüilo, ainda que transitório, de detenção da coisa para o crime de furto esteja consumado;

III. Sendo o delito praticado na sua modalidade tentada, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva, uma vez que prescreve em 04 (quatro) anos o delito cuja pena aplicada em concreto é de 01 (um) ano;

IV. Recurso improvido. Decisão Unânime.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

002

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0166924-9, da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em que figura, como apelante, Eduardo Teixeira Izídio e, como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por decisão unânime, em negar provimento ao presente apelo, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 17 de dezembro de 20 09.

**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0166924-9**

**003**

**APELANTE:** Eduardo Teixeira Izídio

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Milta Maria Paes de Sá

**RELATÓRIO**

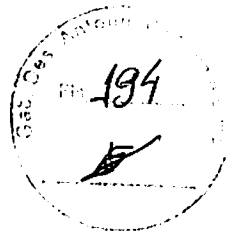
O Ministério Público denunciou Eduardo Teixeira Izídio, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal Brasileiro.

A denúncia, recebida em 01.06.04, conforme se observa à fl.74, narra que, no dia 13.05.04, o denunciado subtraiu uma caminhonete, modelo Ranger, placa KKD 1456, de propriedade de Valdemir Barros da Silva Júnior, bem como alguns pertences que se encontravam no interior do referido veículo, mediante arrombamento e utilização de ligação direta.

Momentos depois, quando alguns indivíduos tentavam empurrar o carro, na Avenida José Rufino, bairro da Estância, nesta capital, policiais militares se aproximaram e diante da confirmação das suspeitas de que o veículo não pertencia ao denunciado, que ora se encontrava no volante, este foi autuado em flagrante delito.

**Decisão deferindo o pedido de Liberdade Provisória, mediante o pagamento de fiança, à fl. 93.**

Citado, o denunciado foi ouvido às fls. 100/101.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

004

Defesa Prévia e apresentação do rol de testemunhas, às fls. 104/105.

Procedida à instrução criminal, as testemunhas arroladas pelo Ministério Público foram inquiridas, às fls. 112/114, bem como pela defesa à fl. 123.

Na fase do art. 499, a defesa do acusado requereu a expedição de ofícios ao COTEL e ao Presídio Professor Aníbal Bruno a fim de que informassem quais os documentos pessoais que acompanharam o denunciado quando autuado em flagrante delito e quando este foi transferido para o citado presídio. O Ministério Público, por sua vez, nada requereu.

Tal pedido foi deferido, à fl.130.

Alegações Finais do Ministério Público, às fls.147/148, pugnando pela condenação do apelante no art. 155, *caput*, do CPB, e da Defesa, às fls. 144/145.

Sentença condenatória, às fls. 150/156.

Inconformada, a defesa técnica de Eduardo Teixeira Izídio, apelou, às fls. 167/171, tempestivamente, da decisão que o condenou à pena privativa de liberdade de 01 (um) ano de reclusão (a qual fora substituída por uma pena restritiva de direito, consistente na prestação de serviço à comunidade) por infração ao art. 155, *caput*, do CPB.

O Ministério Público, nas suas contra-razões, acostadas às fls.173/175, pugna pela manutenção da sentença ora guerreada.

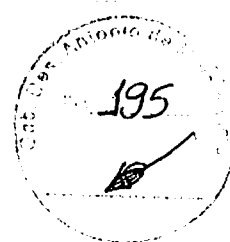
Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça, através da Procuradora de Justiça, em matéria Criminal, Dra. Milta Maria Paes de Sá, às fls. 185/190, opinou pelo improvimento do apelo, entretanto, posicionou-se

2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

005



pela desclassificação do delito para a forma tentada, e, sendo este o caso, que seja extinta a punibilidade pela prescrição.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 3 de jun de 2008.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

006

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0166924-9**

**APELANTE:** Eduardo Teixeira Izídio

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Milta Maria Paes de Sá

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Trata-se de recurso de apelação interposto por Eduardo Teixeira Izídio contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou à pena privativa de liberdade de 01 (um) ano de reclusão (a qual fora substituída por uma pena restritiva de direito, consistente na prestação de serviço à comunidade), pela prática do delito previsto no art. 155, *caput*, do CPB.

Nas razões de fls.167/171, a defesa pleiteou sua absolvição, aduzindo que inexistem nos autos provas suficientes a ensejar um decreto condenatório em desfavor do apelante.

Aduz, em apertada síntese, que os depoimentos prestados pelos policiais militares foram contraditórios e que, por tal motivo, não podem ser utilizados para embasar a condenação do acusado. Ademais, insurge-se contra a conduta dos policiais em liberar os outros três elementos que estavam na companhia do acusado na hora da autuação em flagrante.

Da análise compulsiva dos autos, cuido que o apelo não merece prosperar.

Senão vejamos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

007

A materialidade delitiva encontra-se comprovada no Boletim de Ocorrência, de fls. 47/50, Auto de Apresentação e Apreensão, de fl. 51, Auto de Avaliação, fl. 53 e Auto de Entrega de fl. 54.

A autoria também restou incontroversa, ante as provas produzidas durante a instrução, sobretudo no que se refere aos depoimentos prestados pelas testemunhas de fls. 112/114, bem como pelas próprias declarações prestadas pelo apelante perante a autoridade policial.

Extraí-se dos autos que, no dia 13.05.04, foi determinado o deslocamento dos integrantes da viatura militar GT 4165 até a Avenida José Rufino, no bairro da Estância, tendo em vista a notícia de que três indivíduos, em atitudes suspeitas, empurravam uma caminhonete Ford, Ranger, placa KKD 1456. Ao chegarem ao local, os policiais militares confirmaram a veracidade das informações, ocasião em que o acusado se encontrava no volante e mais dois indivíduos empurravam o automóvel, na tentativa de fazê-lo funcionar.

Os policiais militares observaram que o veículo apresentava ligação direta e o vidro da porta demonstrava sinais de arrombamento, ocasião em que foi solicitada ao acusado a apresentação do documento do veículo, não sendo por este atendidos.

Diante disto, os policias mantiveram contato com o CIODS e obtiveram a informação de que o automóvel estava registrado em nome de Valdemir Barros da Silva Júnior, que ao ser contactado informou que havia estacionado o veículo em frente a sua residência e que desconectou um fusível que impede a passagem de combustível, não permitindo o funcionamento do motor. Afirmou, ainda, que não presenciou a subtração de seu bem, somente vindo a tomar conhecimento através dos policiais, quando **também foi informado de que haviam sido encontrados na bermuda do apelante os óculos e um aparelho celular de sua propriedade.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

008

Vejamos o depoimento da vítima, Valdemir Barros da Silva Júnior, à fl. 112:

*“que ele vitima estacionou o seu veículo em frente a sua residência e foi dormir; lá pelas tantas da noite o mesmo foi acordado com um telefonema dizendo que o carro tinha sido roubado e localizado pela polícia, no bairro da Estância (...) que o veículo teve a porta do vidro do motorista quebrado e até hoje continua com problemas e a ligação foi direta para que funcionasse o motor”*

O policial militar Vladimir Ferreira da Costa, às fls.112/113, afirmou que no momento da abordagem:

*“ele testemunha pediu o documento do veículo e dos três elementos que ali se encontravam e com eles estava tudo certo, por isso foram liberados, que tais pessoas lhe informaram que tinham parado para auxiliar o acusado, pois o mesmo solicitara ajuda para empurrar o veículo pertencente à vítima (...) quanto ao acusado, o mesmo estava nervoso e não alcoolizado, como afirmou na polícia, que o acusado não lhe apresentou documento e nem tampouco do veículo pertencente à vítima e por este motivo foi conduzido até a delegacia do Cordeiro”*

Genival Francisco dos Santos, também policial militar, afirmou, à fl.113, que:

*“quando ele chegou ao local três elementos foram vistos empurrando uma Ranger, estando o acusado na direção da mesma, bastante nervoso (...) que lá na delegacia a vítima reconheceu os óculos e seu aparelho de celular que estavam no bolso da camisa do acusado; que o*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

009

acusado não justificou o motivo dos óculos e do aparelho celular estarem no seu bolso (...) que no momento em que os três rapazes foram liberados, o acusado não teve nenhuma reação no sentido de protestar ou de alegar que a situação estava sendo invertida, de que ele teria parado para ajudar aquelas pessoas”

Cosmo José de Oliveira, confirmando as informações acima transcritas, também afirmou, à fl. 113, que:

“na hora que a polícia fez a abordagem iam ser enquadrados o acusado e os rapazes que empurravam a caminhonete, porém os dois rapazes protestaram e o denunciado informou que eles não tinham nada a ver com a caminhonete”

Como se nota, os depoimentos prestados pelos policiais militares são harmônicos entre si e, como é sabido, o valor do depoimento testemunhal de policiais, sobretudo, quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório, reveste-se de inquestionável eficácia probatória, e por tal razão, não se pode desqualificá-lo pelo só fato de emanar de agentes estatais incumbidos da repressão penal.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE  
ENTORPECENTES. NULIDADE DA  
SENTENÇA CONDENATÓRIA. INSUFICIÊNCIA  
DAS PROVAS DE ACUSAÇÃO.  
DEPOIMENTOS PRESTADOS EM JUÍZO POR  
AUTORIDADES POLICIAIS. VALIDADE.  
REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-  
PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

010

É da jurisprudência desta Suprema Corte a absoluta validade, enquanto instrumento de prova, do depoimento em juízo (assegurado o contraditório, portanto) de autoridade policial que presidiu o inquérito policial ou que presenciou o momento do flagrante. Isto porque a simples condição de ser o depoente autoridade policial não se traduz na sua automática suspeição ou na absoluta imprestabilidade de suas informações.

(...)

(...)

Ordem denegada.

(STF-HC- 87662-Relator: CARLOS BRITTO)

O apelante, por sua vez, perante a autoridade policial, prestou depoimento, à fl. 12, invertendo os fatos, entretanto, confirmou a subtração dos óculos e do aparelho celular da vítima. Afirmou que na noite anterior, no momento em que estava na Av. José Rufino:

*“avistou vários elementos tentando pôr uma caminhonete para pegar, os quais solicitaram sua ajuda, que o conduzido ajudou a empurrar e depois entrou no carro e percebeu que ele não ia ligar porque era injeção eletrônica, que o conduzido viu um aparelho celular e um par de óculos no interior do veículo e os colocou dentro do bolso, desceu e abriu o capu, constatando que o carro era a gás e sua engenharia era complicada, retornando para dentro do carro novamente e tentou liga-lo mais uma vez, ocasião em que chegou uma viatura da PMPE”*



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

011

Em juízo, à fl. 100, afirmou o apelante que os óculos e o celular da vítima se encontravam no interior do veículo, mas, na delegacia, os policiais informaram que tais objetos haviam sido encontrados no seu bolso.

Ora, como observamos dos autos, as alegações do apelante, em juízo, não encontram respaldo algum nos autos, ao contrário, suas declarações mostraram-se isoladas e contraditórias.

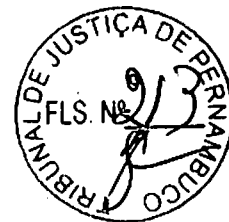
A única testemunha arrolada pela defesa, à fl. 123, afirmou que até aquele momento nada sabia acerca da noite em que o acusado foi preso, limitando-se a fazer menção acerca de sua conduta social.

É importante destacar, conforme bem salientou o Representante do Ministério Público, em suas contra-razões, às fls. 173/175, que: “os policiais agiram indevidamente ao liberar os três indivíduos. Contudo, tal atitude policial não pode isentar o apelante da conduta delituosa, pois o conjunto probatório presente nos autos, deixa clara a ação do ora referido no intuito de subtrair coisa alheia móvel, quais sejam, o automotor, os óculos e o celular da vítima”.

Destaque-se ainda que, o delito pelo qual o ora apelante foi condenado, em que pese o respeitável entendimento da nobre Procuradora de Justiça, restou devidamente consumado, independente de ter-se locupletado do bem, não sendo necessária a posse definitiva ou prolongada da coisa para a consumação do delito.

Neste sentido:

TJSC: “Para que o furto seja tido como consumado, não é preciso posse definitiva e prolongada da res subtraída, bastando, pois, mero estado tranqüilo, ainda que transitório, de detenção da coisa. Assim, quem, exaurindo o ato delituoso vem a ser preso em decorrência de buscas promovidas para a sua



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

012

localização, tendo ainda consigo o produto do crime, responde pelo crime consumado e não apenas tentado"  
(RT 517/379)

TACRSP: "Deixando o local do furto sem ser perseguido, inequivocamente, fez réu por consumir o ilícito. Pouco importa tenha sido surpreendido mais à frente pelo causal aparecimento de outro veículo, se desfeito da res e não chegando a experimentar o efetivo locupletamento"  
(RT 700/341).

Assim, não há que se falar em tentativa na hipótese em tela. De igual modo, não é possível a extinção da punibilidade do ora apelante, vez que não ocorreu a prescrição.

Segundo se extrai dos autos, o delito de que é o apelante acusado de praticar ocorreu no dia 13.05.04, e a denúncia oferecida em seu desfavor, foi recebida em 01.06.04, conforme fl. 74. O segundo marco interruptivo da prescrição, qual seja, a prolação da sentença condenatória, ocorreu no dia 09.08.07, sendo devidamente publicada em 15.08.07, conforme fl. 157.

Como ocorreu o trânsito em julgado para a acusação, o prazo da prescrição é regulado pela pena aplicada concretamente, nos termos do art. 110, §1º, do CPB.

Assim, a pena de 01 (ano), aplicada ao apelante, nos termos do art. 109, inciso V<sup>2</sup>, do CPB, prescreve em 04 (quatro) anos. Como se

<sup>1</sup> Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

013

nota, entre o recebimento da denúncia e a prolação da sentença, decorreram aproximadamente 03 (três) anos e 02 (dois) meses, não estando, portanto, prescrito.

No que tange à fixação da pena, podemos salientar que a decisão, ora vergastada, seguiu os ditames legais, procedendo o juízo *a quo* coerentemente à dosimetria da pena.

Observa-se das fls. 150/156, que o MM. Juiz de 1º grau analisou as circunstâncias judiciais em conformidade com o art. 59 do CPB. Por ser o apelante primário, portador de bons antecedentes e pelo fato dos objetos terem sido restituídos à vítima, a pena-base foi fixada, **em 01 (um) ano de reclusão**. Apesar de reconhecida a atenuante da confissão, não houve diminuição da pena, eis que fixada no mínimo legal.

De igual modo, tendo em vista as circunstâncias favoráveis ao réu, e o disposto no art. 44, §2º<sup>3</sup>, do CPB, referida pena privativa de liberdade foi substituída por uma restritiva de direitos, **consistente na prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, devendo, assim, permanecer inalterada.**

<sup>2</sup> Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...)

V - **em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;**

<sup>3</sup> Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando (...)

§ 2º **Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

014

Ante o exposto, voto pelo improvemento do presente recurso, devendo, assim, ser mantida, em sua integralidade, a decisão ora guerreada.

Recife, 17 de dezemb de 2005

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



015

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0166924-9**  
**COMARCA : RECIFE – 1ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE : EDUARDO TEIXEIRA IZÍDIO**  
**APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR : DES. ANTÔNIO DE MELO E LIMA**  
**REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO**  
**PROCURADORA : DRA. MILTA MARIA PAES DE SÁ**

**VOTO DO REVISOR**

A Defensoria Pública interpôs Recurso de Apelação, em favor de EDUARDO TEIXEIRA IZÍDIO, por se encontrar irressignado com a sentença do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife, que o condenou no dia 09 de agosto de 2007, à pena de 01(um) ano de reclusão, em regime aberto, a qual foi substituída por uma pena restritiva de direito, na modalidade de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pela prática do crime consubstanciado no art. 155, caput, do Código Penal vigente.

A denúncia narra, em síntese, que o fato delituoso aconteceu no dia 13.05.2004, por volta das 23:00 horas, na Avenida José Rufino, nesta Cidade, tendo os policiais militares recebido ordem, através do rádio, para se deslocarem até a rua acima mencionada, localizada no bairro da Instância, onde haveria 03 (três) indivíduos, em atitude suspeita, no momento que os policiais chegaram ao lugar indicado, perceberam a veracidade da denúncia. Estando os 03(três) elementos empurrando uma caminhonete de cor verde metálica, modelo Ranger, placa KKD-1456 e, no volante do veículo encontra-se o réu, ora apelante, tentando fazer com que o motor do veículo entrasse em funcionamento.

Consta ainda, da peça acusatória, que o veículo apresentava ligação direta e o vidro da porta exibia sinais de arrombamento, e que os policiais ao realizarem a abordagem e revista pessoal nos indivíduos, encontraram no bolso do apelante, um óculo e um celular de propriedade do dono do referido veículo, que na ocasião da abordagem policial não apresentou seus documentos, nem do veículo. Com relação aos 03(três) elementos que empurravam a caminhonete, posteriormente, foram liberados pelos policiais, por terem apresentado seus respectivos documentos.

Os autos informam, que a caminhonete Ranger, pertencia ao Sr. Valdemir Barros da Silva Júnior, vítima destes autos, que informou na Depol, que o veículo encontra-se em frente à sua residência e, por medida de segurança, havia desligado um fusível que dava passagem ao combustível, travando o funcionamento do motor, informando ainda, que não percebeu o momento da efetiva subtração, só vindo a tomar conhecimento do ocorrido através da

Mrba/.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PE  
016

autoridade policial, bem como, feito o reconhecimento de seus objetos, que foram encontrados no bolso da bermuda usada pelo réu, ora apelante.

Em seu arrazoado às fls. 167/171, a defesa requer a absolvição do acusado, ora apelante, aduzindo falta de prova suficiente para lastrear uma decisão condenatória.

Observando as provas existentes no conjunto probante, julgo não merecer guarida o pleito defendido pela defesa.

Restou devidamente provada a materialidade delitiva conforme o auto de Apresentação e Apreensão, constantes às fls.51.

Embora em juízo o acusado, ora apelante, negue a autoria delitiva, esta igualmente restou comprovada mediante o auto de prisão em flagrante, às fls. 41/45, bem como pelas provas testemunhais produzidas durante a instrução processual.

O acusado, ora apelante, ao ser preso em flagrante delito, narrou uma versão totalmente desconhecida do restante das provas apuradas, tentando distorcer o fato, dando a entender que ele é quem teria sido enganado pelos outros 03(três) indivíduos que foram encontrados pela polícia, empurrando a caminhonete, quando há evidências concretas nos autos de ter sido ele que, tentando fazer o motor do veículo pegar, pediu aos 03(três) transeuntes para que lhe ajudassem a empurrar o referido veículo.

Outrossim, pesa contra o acusado, ora recorrente, o fato de ter sido encontrado dentro de sua bermuda, os óculos e aparelho celular da vítima, que se encontravam dentro da citada caminhonete.

Contrariando a versão apresentada pelo réu, temos as declarações prestadas pelos policiais militares, cujas versões encontram-se em harmonia com o restante das provas coligidas. Senão vejamos:

Testemunha Vlademir Ferreira da Costa, policial militar, assim afirmou, às fls. 112/113:

*"que ele testemunha é Cabo da PMPE e comandava a guarnição que localizou o veículo pertencente a vítima e como ele conhece a vítima, identificou o veículo de imediato; que ele testemunha pediu o documento do veículo e dos três elementos que ali se encontravam e com eles estava tudo certo, por isso que foram liberados; que tais pessoas lhe informaram que tinham parado para auxiliar o acusado, pois o mesmo solicitara ajuda para empurrar o veículo pertencente a vítima; que o documento do veículo dele bateram, com os seus documentos e identidade e por isso que foram liberados; quanto ao acusado, o mesmo estava muito nervoso e não alcoolizado, como afirmou na polícia; que o acusado não*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



*apresentou-lhe documento e nem tampouco do veículo pertencente a vítima e por este motivo foi conduzido até a Delegacia do Cordeiro".*

A testemunha COSMO JOSÉ DE OLIVEIRA, policial militar, assim afirmou, às fls. 113:

*"Que ele testemunha é soldado da PMPE e não se recorda o veículo que s três rapazes estavam; que ele testemunha não conhece o pai da vítima; que quando ele chegou ao local três elementos foram vistos empurrando uma Ranger o acusado na direção da mesma, bastante nervoso; após a abordagem o comandante reconheceu a caminhoneta como sendo do filho de um amigo seu; que lá na delegacia a vítima reconheceu os óculos e seu aparelho celular que estavam no bolso da camisa do acusado; que o denunciado não justificou o motivo de os óculos e o aparelho celular estarem no seu bolso; que o acusado agüentava ficar em pé e no momento ele testemunha não se lembra se o mesmo estava com odor de quem tinha ingerido bebida alcoólica; que no momento em que os três rapazes foram liberados, o acusado não teve nenhuma reação no sentido de protestar ou de alegar que a situação estava sendo invertida, ele que teria parado para ajudar àquelas pessoas; que ele testemunha não assistiu ao depoimento do acusado na delegacia."*

As declarações prestadas pela vítima destes autos estão inteiramente de conformidade com as informações prestadas pelos policiais militares, senão vejamos: (fls. 112)

*"que ele vítima estacionou o veículo em frente a sua residência e foi dormir; lá para as tantas da noite o mesmo foi acordado com um telefonema dizendo que o carro tinha sido roubado e localizado pela polícia no bairro da Estância; que ele vítima não viu e nem ouviu dizer ter visto quem furtou o veículo; que o veículo teve a porta do vidro do motorista quebrado e que até hoje continua com problemas e a ligação direta foi para que o mesmo funcionasse o motor; que ele não teve nenhum tipo de conversa com a pessoa do acusado para que fosse esclarecido exatamente como aconteceu o furto."*

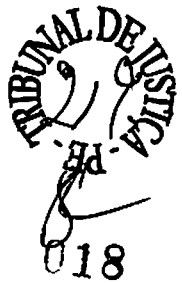
A palavra de policiais militares, na produção de provas, é de grande valor probante, e por serem funcionários do Estado, não invalida sua versão, desde que estejam em consonância com a restante das provas apuradas.

No caso em análise, a meu ver, os policiais militares pecaram numa só questão, é o fato de terem dispensado os três elementos que por ocasião do flagrante estavam empurrando o veículo furtado, mesmo que tivessem

Mrba/.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



apresentado seus respectivos documentos, deveriam ter sido encaminhados a DEPOL, ao menos para prestarem declarações, como testemunha, à respeito do fato delituoso, e somente após esse procedimento e não ficando dúvidas sobre sua efetiva participação no crime, aí sim poderiam ser liberados.

O fato dos 03(três) elementos, terem sido dispensados equivocadamente pelos policiais militares, isto não isenta a responsabilidade delituosa do apelante, que restou cabalmente provado sua intenção de furtar os objetos da vítima acima narrados.

A douta Procuradoria em seu respeitável parecer, às fls. 185/190, pugnou pela modificação da sentença, requerendo a desclassificação da conduta do agente para sua forma tentada, em vista disto, que seja decretada a extinção da punibilidade pela prescrição.

O delito praticado pelo réu, ora apelante, EDUARDO TEIXEIRA IZÍDIO, diante das circunstâncias apuradas, restou caracterizado como sendo a forma consumada, que embora os bens tenham sido devolvidos à vítima, isto ocorreu contra a vontade do agente, não necessitando para caracterização do delito que os bens, para se consumir o furto, não seja necessário que tenha a posse definitiva e prolongada da *res*, basta que tenha a posse, mesmo que transitória, porém, tranqüila. Por conseguinte, não há como alegar que o delito em análise, caracterizou-se pela forma tentada, como afastada está a alegação de prescrição combatida pela douta Procuradoria de Justiça.

Portanto, partindo do princípio que o delito em questão caracterizou-se como sendo furto consumado, a pena prevista para este crime será de 01(um) a 04(quatro) de reclusão.

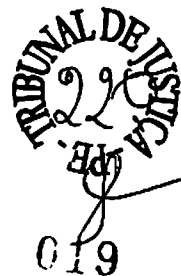
Ressalte-se que o Juiz sentenciante, ao prolatar a decisão condenatória, afastou a qualificadora inscrita no § 4º, do inciso I, do art. 155, do CPB, por não ter restado comprovada, desclassificado o crime, imputando ao acusado, apenas na pena prevista no art. 155, caput, do CPB. E levando em consideração as diretrizes contidas no art. 59, avaliou a primariedade do acusado, como também não ser possuidor de antecedentes criminais, e pelo fato da *res* ter sido devolvida à vítima, no que foram favoráveis ao réu, fixou a pena no mínimo legal, ou seja, em 01(um) ano de reclusão, sendo substituída por uma pena restritiva de direitos (art. 44, §2º, segunda parte, do CPB).

Sendo assim, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença para a acusação, pois o prazo recursal transcorreu *in albis* pelo *Parquet*, a extinção da pretensão punitiva regula-se pela pena efetivamente aplicada, conforme previsão do art. 110, § 1º, do Código Penal, ocorrendo, *in casu*, em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal.

Infere-se dos autos que o fato delituoso aconteceu no dia 13.05.2004, a denúncia foi ofertada em 01.06.2004, tendo a decisão condenatória



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



sido prolatada em 09.08.2007 e publicada em 15.08.2007. Desta forma, conclui-se que entre o recebimento da Denúncia e a publicação da Sentença, decorreram em média 03(três) anos e 02(dois) meses, não atingindo, portanto, o lapso prescricional previsto legalmente, ou seja, não alcançando o Instituto da Prescrição.

Diante do expandido, voto pelo não provimento da presente apelação, para que seja mantida a decisão de 1º Grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 17 de 12 de 2009  
 Dês. Nivaldo Mulatinho Filho  
 Revisor